



## Direitos e Garantias das Mulheres Presidiárias no Sistema Carcerário Brasileiro: Uma Análise das Violações

### Autor(res)

Cintia Batista Pereira

Pablo Ferreira Armanelli

Gabriela Campos Brandao

Renata Apolinário De Castro Lima

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

#### Objetivo

Neste trabalho se apresentarão estudos sobre a definição de estabelecimento prisional, e a atuação do Poder Público com sua omissão e constante violação aos direitos e garantias dos interesses das mulheres reclusas no sistema penitenciário brasileiro. Também serão abordados os principais pontos do tema-problema com a discussão sobre os direitos das presidiárias no sistema penitenciário brasileiro. Nessa senda, traçar-se-á a importância do estudo sobre a violação dos referidos direitos e a inação estatal. Os altos índices demonstraram que a situação vivenciada nas prisões se trata de problemática existente e que poderá ser combatida com medidas alternativas que visem principalmente humanizar e dignificar a pessoa da mulher presidiária enquanto ser humano que merece ser respeitado e não ter seus direitos violados.

#### Objetivo

Verificar-se-á o modelo prisional adotado no Brasil, principalmente com vistas à proteção dos direitos das presidiárias, com críticas à violação destes dentro do sistema carcerário brasileiro. Referida questão controversa acarreta bastante discussão, realçando a importância de se discutir o tema-problema e abordar a argumentação, demonstrando o déficit do sistema carcerário brasileiro.

### Material e Métodos

Serão analisados os conceitos que norteiam este estudo, sem os quais não seria possível sequer almejar um ideal de justiça para as mulheres presidiárias e críticas em face da violação de garantias fundamentais destas dentro do sistema prisional brasileiro, razão pela qual far-se-á uma desaprovação ao atual sistema carcerário adotado no Brasil, com vistas à adoção das medidas que efetivam tutelar e garantir a preservação dos direitos das presidiárias encarceradas. Importante conceituar, portanto, sistema prisional.

Fundamentos que ensejam a crítica ao atual sistema penal carcerário adotado no Brasil, com a violação aos princípios básicos da Dignidade da Pessoa Humana e aos preceitos dos direitos fundamentais das mulheres presidiárias afetas ao assunto em análise, com o objetivo de desvendar quais são as situações que levam à



conclusão de que há a referida violação de direitos e péssimas condições de habitação carcerárias no Brasil para as mulheres.

## Resultados e Discussão

As prisões ainda se demonstram como realidade fática da maioria dos indivíduos infratores. Se torna imprescindível que se desmistifique a punição com vistas à implementação de medidas socioeducativas e instituição de políticas públicas que corroborem com a melhoria dos estabelecimentos prisionais e consequentemente denote melhorias no comportamento e nas condições físicas e psicológicas dos encarcerados. As mulheres presidiárias em especial, são submetidas a cenário vexatório, privadas de seus direitos básicos, alimentam-se mal, e ainda correm o risco de contração de doenças sexualmente transmissíveis, já que se misturam a pessoas que não sabem a origem, e auto aglomeração demonstra a inação estatal, ocorrendo até mesmo situações de estupro em tempos de rebelião. O Poder Público além de não tutelar o bem jurídico mais precioso que é a liberdade encarcera demasiadamente em elevadas quantidades, principalmente mulheres negras e com baixo poder aquisitivo.

## Conclusão

Se faz, portanto, necessária a implementação de políticas públicas para que se propicie educação básica, higiene e escolaridade em todos os níveis as mulheres oriundas do sistema prisional, tornando-as pessoas melhores e com possibilidade de inserção em sociedade.

## Referências

- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Polén, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 126, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf). Acesso em: 15 maio. 2024.
- BRASIL. Lei de Execução Penal, de 11 de julho de 1984. Diário Oficial da União: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 08 jun. 2021.
- CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. São Paulo: Pillares, 2009.
- CARNELUTTI, Francesco. O Problema da Pena. São Paulo: Pillares, 2015.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História da violência nas prisões. 23.ed. Petrópolis: 2000.